

# INFORMATIVO IJ



## ABRIL

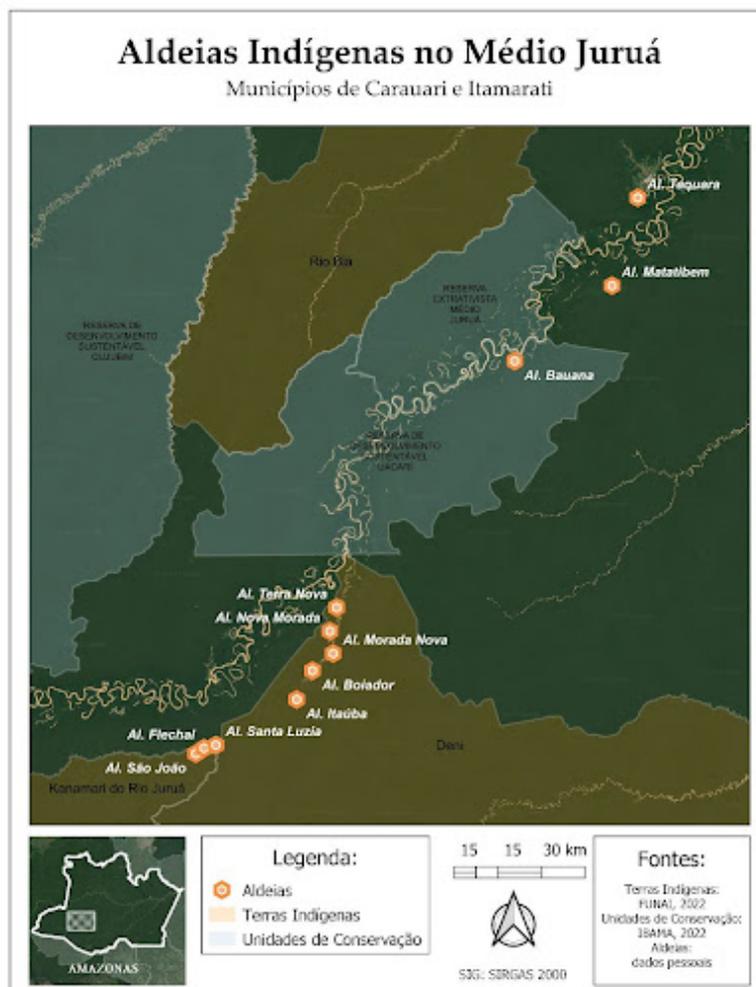
- Povos indígenas no Médio Juruá na luta por reconhecimento e autonomia
- Acordos de pesca na Amazônia: protegendo recursos aquáticos e sustentando comunidades locais
- AMAB comemora 10 anos de fundação e realiza a sua 10ª assembleia geral ordinária

# Povos indígenas no Médio Juruá na luta por reconhecimento e autonomia

*Indígenas das etnias Madija Kulina, Kanamari e Deni configuram juntos 5 Terras Indígenas, das quais 3 ainda clamam por demarcação e proteção.*

Por Raimundo Francisco Silva (Manuel) e Nathália Messina, revisado por Cristabell López

Na Amazônia profunda, onde o rio Juruá encontra a floresta viva e pujante, uma riqueza cultural reside e resiste ao longo do tempo. Na porção média desse rio, comumente denominada Território Médio Juruá, nas delimitações entre Carauari e Itamarati, observamos a presença ancestral dos povos indígenas Madija Kulina, Kanamari e Deni.



Mapa das terras e aldeias indígenas dos povos do Médio Juruá, nas redondezas entre Carauari e Itamarati.

Autoria: Renato Rocha (Operação Amazônia Nativa OPAN)

Esses povos estão distribuídos no território em 12 aldeias e em 5 Terras Indígenas (TI), das quais 2 são demarcadas e homologadas, que são a TI Deni do Rio Xerua (com cinco aldeias) e a TI Kanamari do Juruá (com três aldeias e uma nova formação), ambas situadas no município de Itamarati que possui uma população de 1617 indígenas, segundo dados do SESAI (Secretaria de Saúde Indígena) de 2023. Outras 3 TIs, com uma aldeia em cada, estão em processo de reivindicação. São essas a TI Kanamari do Taquara, TI Kanamari do Bauana e a TI Kulina do Uerê, todas localizadas em Carauari, cuja população indígena é estimada em 509 pessoas (Sesai, 2023). Entre as terras indígenas de Carauari, a do povo Kulina do Rio Uerê tem seu processo de demarcação em estado avançado, apenas aguardando o levantamento fundiário e a sua homologação, o que possibilitará salvaguardar um futuro seguro e digno para as gerações vindouras.



Povo indígena Kanamari da Aldeia Flexal, T.I Kanamari do Juruá em manifestação pela melhoria na SESAI, ano 2019.

**H**istoricamente, os povos sofrem das mais diversas violências e violações de direitos. Ao longo do tempo, indígenas da região foram forçados a migrar de seus territórios para se afastarem da população não-indígena. No período do ciclo da borracha, com os seringais e as colocações dos seringueiros, houve muitos conflitos que levaram os indígenas a se distanciar desse contexto de opressão. Os contatos, por padrão, sempre violentos, tiveram diversas consequências entre os povos para além dos conflitos, como a transmissão de doenças, vide a epidemia de sarampo que atacou os Deni e resultou em muitas mortes devido à baixa ou ausência de imunidade e de tratamento. Com o fim do ciclo da borracha e a chegada da igreja católica e dos padres que realizaram os primeiros contatos com os povos da região, o COMIN (Conselho de Missões entre Povos Indígenas) estabeleceu uma relação amigável, buscando trazer órgãos de apoio e fomento, tais como a FUNAI e outros colaboradores, a fim de defender os direitos e o bem-estar desses povos. Na sequência, o CIMI (Conselho

Indigenista Missionário) entrou em cena, oferecendo serviços de saúde e educação aos indígenas, incluindo o ensino da língua portuguesa e aspectos da legislação, para que estes pudessem começar a se ver como sujeitos de direitos. Na história de lutas e movimentos sociais da região, também merece destaque a participação da OPAN (Operação Amazônia Nativa), que, no Médio Juruá, presta apoio a alguns desses povos e que desempenhou um papel significativo no processo de demarcação de terras. No caso da TI Deni, o CIMI, a OPAN e o Greenpeace uniram esforços em 2002 e em 2003 realizaram a autodemarcação, para garantir a homologação do território que aconteceu em 2004, vindo então a proteger essas terras outrora ameaçadas por interesses da WTK, uma madeireira da Malásia, que apresentava um título de posse para exploração. Essas ações de reivindicação se consolidaram e proporcionaram proteção, abrindo caminho para a chegada de políticas públicas às aldeias, como de educação e saúde, com a presença da SESAI. Embora haja muito a ser feito, avanços significativos já foram conquistados pelos Deni.



Indígenas do povo Kanamari da Aldeia Taquara, participam das festividades do aniversário de Caruari-Am no ano de 2023.



Povo indígena Madija Kulina na Aldeia Matatibem, Rio Uere, Caruari-Am, em reunião na Aldeia para definições de melhorias para o povo.

Antes das demarcações, os Deni e os Kanamari relatam que havia escassez de peixe e animal de caça, devido às invasões frequentes no território, mas com os processos demarcatórios, as diferentes espécies foram recuperadas, aumentando a biodiversidade e fortalecendo a soberania alimentar. Nesta conjuntura, é possível perceber que os povos que contam com seus territórios reconhecidos e demarcados desfrutam de mais qualidade de vida e maior organização social, promovendo um manejo mais otimizado dos bens naturais e menor grau de invasão e intervenção dos não-indígenas. Já naqueles territórios em que indígenas estão lutando por sua demarcação, o desrespeito à cultura prevalece e as invasões pela disputa dos recursos naturais são constantes. Isso reforça o aclamado mote de **DEMARCAÇÃO JÁ** das terras indígenas,

direito fundamental para a vida e o bem viver desses povos.

Mediante tudo isso, ressaltamos a importância de se cultivar parcerias sólidas e prospectivas para o fortalecimento da causa e dos povos indígenas, que, comprovadamente, ao longo de anos e ainda hoje, são os principais responsáveis pela criação, manejo e manutenção da floresta viva. Assim, o Instituto Juruá, em parceria com as organizações de base indígena e as instituições indigenistas presentes, consolidadas no território, vem buscando estabelecer maior contato e dialogar para que soluções colaborativas, protagonizadas pelos povos indígenas, tragam resultados positivos, resiliência e esperança por um presente e um futuro que garanta a vida e a salvaguarda cultural dessas terras ancestrais.



Mulheres indígenas Deni cantando músicas tradicionais, na abertura da assembleia da ASPODEX na Aldeia Boiador, T.I. Deni, ano 2022.

# Acordos de Pesca na Amazônia: protegendo recursos aquáticos e sustentando comunidades locais

*Instituto Juruá inicia trabalho para criação de protocolo de monitoramento de acordos de pesca do estado do Amazonas*

Por Valdenor Magalhães e Maria Julia Ferreira

Um acordo de pesca é um pacto entre países, regiões ou comunidades que visa regular a exploração dos recursos pesqueiros em uma determinada área ou bacia hidrográfica. Estes acordos geralmente estabelecem regras e diretrizes para a pesca sustentável, visando a conservação dos ecossistemas aquáticos e a manutenção das populações de peixes. A bacia amazônica abriga milhares de espécies de peixes, muitas delas endêmicas, ou seja, não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo. Essa biodiversidade não apenas sustenta povos indígenas e comunidades ribeirinhas há milhares de anos, mas também desempenha um papel crucial nos ciclos naturais da região, contribuindo para a saúde dos ecossistemas terrestres e aquáticos.



Mapeamento participativo do Acordo de Pesca do Baixo Rio Preto com os moradores da comunidade Praia Nova. Foto: Valdenor Magalhães

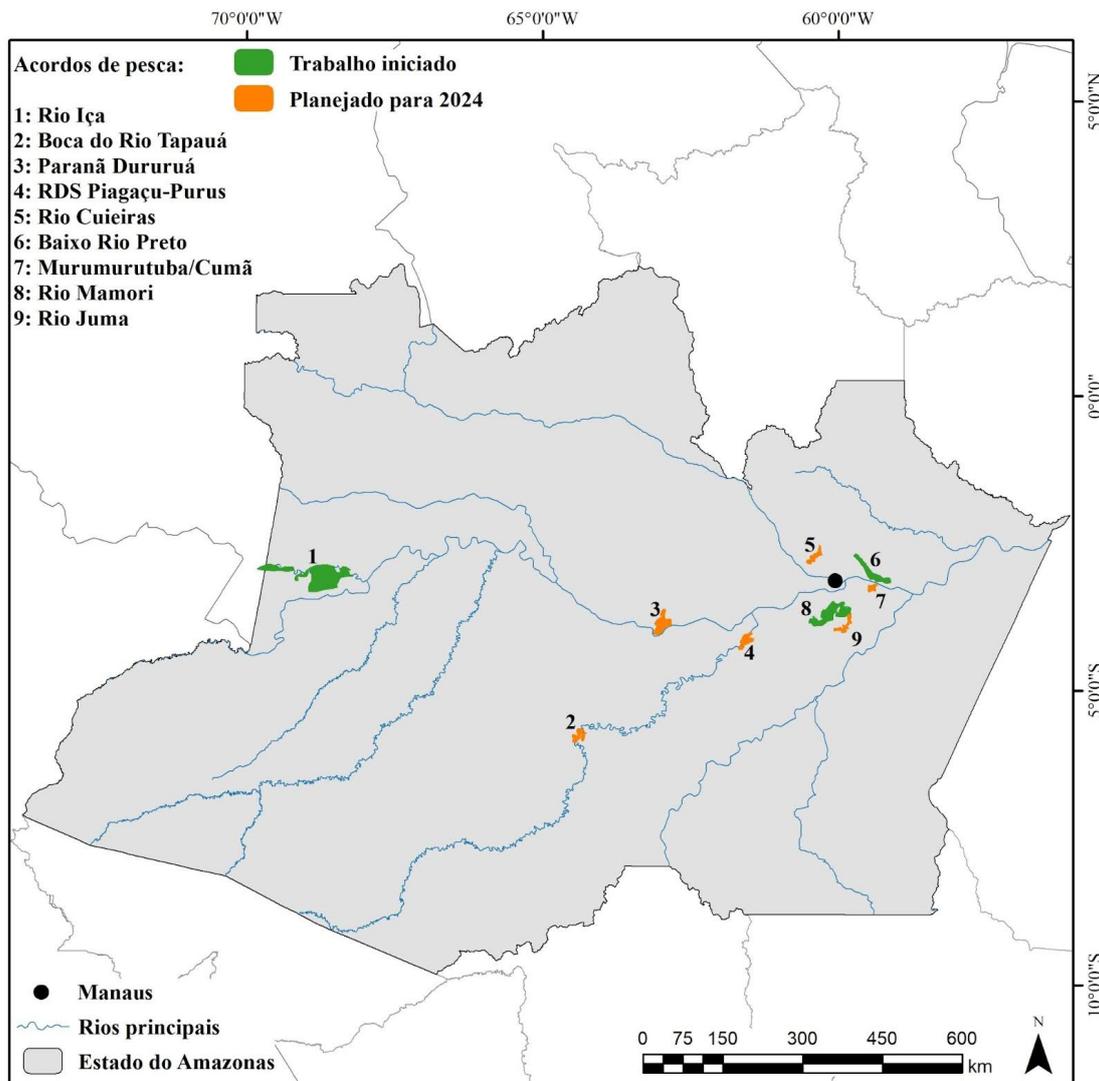
Na Amazônia, os primeiros Acordos de Pesca começaram a ser discutidos informalmente com o intuito de solucionar conflitos entre comunidades ribeirinhas e grandes frotas de pesca comercial, há pelo menos 50 anos. Entretanto, somente a partir de 2011, alguns destes foram reconhecidos formalmente pelos órgãos governamentais do estado do Amazonas e ganharam caráter de lei através das Instruções Normativas.

Essas leis visam estabelecer zonas de pesca protegidas, limites de captura, regulação de apetrechos de pesca, períodos de defeso para reprodução das espécies, e medidas para combater a pesca ilegal e predatória. Além disso, pode incluir disposições para a conservação de habitats aquáticos, como áreas de desova e alimentação, bem como medidas para mitigar os impactos da poluição e da degradação ambiental.



Reunião com os moradores da Comunidade São Pedro, participante do Acordo de Pesca do Rio Mamori, localizado no município de Careiro Castanho. Foto: Maria Julia Ferreira

Por reconhecer a importância desses arranjos para a conservação dos ecossistemas aquáticos e manutenção do modo de vida das populações tradicionais, o Instituto Juruá em parceria com a Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) e a Conservation International (CI) vêm realizando, desde o final de 2023, diagnósticos do status atual de funcionamento de nove Acordos de Pesca do Amazonas. Os acordos onde o trabalho vem sendo feito foram selecionados pela SEMA e estão distribuídos pelo estado nos municípios de Santo Antônio do Içá, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Autazes, Coari, Beruri, Tapauá, Manaus e alguns deles chegam a englobar território de até três municípios como, por exemplo, o acordo de pesca do baixo Rio Preto que abrange os territórios de Rio Preto da Eva, Manaus e Itacoatiara.



Áreas de acordos de pesca no Amazonas que está sendo feito o diagnóstico do status atual de funcionamento. Mapa produzido por Maria Julia Ferreira

O processo de diagnóstico envolve basicamente três etapas: conversas com lideranças locais e representantes das organizações da sociedade civil; realização de reuniões comunitárias; e por fim, entrevista individual com pescadores e pescadoras, que são os beneficiários das áreas dos acordos. Em cada etapa, os pesquisadores do Instituto Juruá buscam levantar dados de infraestrutura das comunidades, governança local, produção pesqueira, renda familiar, economia local, tipos de pescaria, conflitos e perspectivas sobre o acordo. Como estes dados coletados, a equipe poderá elencar fatores que influenciam diretamente a funciona-

lidade de um acordo de pesca; dado essencial para a construção de um protocolo de monitoramento.

O monitoramento dos acordos de pesca é previsto na legislação, porém o governo do Estado não possui ferramentas que permitam este processo. Assim sendo, a criação de um protocolo geral de monitoramento de acordos de pesca é essencial para o acompanhamento a longo prazo dos benefícios e conflitos gerados em cada região. Essa ferramenta permitirá que a Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Amazonas possa tomar decisões estratégicas que visem o fortalecimento dos Acordos de Pesca do Amazonas.



Reunião com os moradores da Comunidade Praia Nova, participante do Acordo de Pesca do Baixo Rio Preto. Foto: Valde-  
nor Magalhães

O Instituto Juruá acredita que, ao promover a pesca sustentável e a conservação dos recursos aquáticos, um acordo de pesca não apenas protege a biodiversidade única da Amazônia, mas também contribui para o sustento e o bem-estar das comunidades locais que dependem da pesca para sua qualidade de vida. Além disso, a conservação dos ecossistemas aquáticos amazônicos desempenha um papel crucial na regulação do clima global, na manutenção da qualidade da água e na preservação da diversidade biológica em escala global.

# AMAB comemora 10 anos de fundação e realiza a sua 10ª assembleia geral ordinária!

O evento reuniu mais de 120 pessoas, entre comunitários e parceiros, para apresentações de resultados, de projetos executados e em andamento, construção do planejamento estratégico, dentre outros tópicos de relevância para o fortalecimento da associação

Por **Fernanda Moraes e Raqueline Nery**



Fotos: Raqueline Nery

Entre os dias 20 e 22 de março do ano corrente, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo Médio Juruá (AMAB), na comunidade São João, localizada na área do Acordo de Pesca de Carauari. A assembleia contou com a participação de 123 pessoas, entre associados da AMAB e representantes de instituições parceiras.

Foram três dias dedicados às apresentações de resultados, de projetos

executados e em execução e da prestação de contas anual da associação. Além do mais, foi elaborado o novo planejamento estratégico para o triênio de 2024-2027, com a participação direta de seus associados. Outro ponto de destaque foi a participação da equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), que apresentou explicações sobre o Território de Uso Comum (TUC) para a plenária, seguido da aprovação dos presentes.



Apresentação da Analista Socioambiental Satya Caldenhof (IEB) sobre o TUC.  
Foto: Raqueline Nery

Também foi apresentado o trabalho feito para a melhoria dos processos da cadeia do pirarucu de manejo, que é o carro chefe da associação. É notável o crescimento, aprimoramento e avanços nessa cadeia, o que traz, consequentemente, geração de renda e melhorias na qualidade de vida dos associados.

Além do mais, a assembleia deste ano contou com dois momentos distintos de destaque. Um deles foi o desfile para a escolha da Musa do Pirarucu, uma novidade que

reuniu 13 candidatas com uma representante de cada comunidade associada. Das treze, três foram classificadas e levaram premiação em dinheiro. Outro momento de destaque foi a comemoração dos 10 anos de fundação da AMAB com direito a bolo de aniversário e uma salva de palmas geral de todas as comunidades e parceiros presentes. Seguimos de pé aplaudindo os trabalhos da AMAB, que com todos os desafios, vem sendo reconhecida pelo cultivo e fortalecimento das tradições ribeirinhas!



Fotos: Raqueline Nery



# ij INDICA

Especial #AbrilIndígena

1.

## UM RIO UM PÁSSARO

O mais recente livro de Ailton Krenak, que neste Abril Indígena ocupou a cadeira 5 na Academia Brasileira de Letras, tornando-se o primeiro indígena a fazer parte da instituição.



2.

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

O portal Povos Indígenas no Brasil (programa coordenado pelo ISA desde 1997) reúne verbetes com informações e análises sobre mais de 256 etnias que habitam o território nacional.



3.

## "A QUEDA DO CÉU"

Longa-metragem inspirado no [livro](#) de mesmo nome do xamã Yanomami Davi Kopenawa, é selecionado para participar da Quinzena de Cineastas do Festival de Cannes (Quinzaine des cinéastes), que ocorre de 15 a 25 de maio de 2024.





**Equipe de comunicação do Instituto Juruá**

Nathália Messina, Raphael Chicayban, Maria Cunha, Camila Duarte Ritter e Eduardo von Mühlen

**Equipe de tradução do Instituto Juruá**

Raquel Sian Varallo, Fernanda Diel, Laiane Lessa e Bruna Favaro

**Diagramação**

Mariana Bastos